

APROXIMAÇÕES PRELIMINARES ENTRE AS TEORIAS SOCIAIS CLÁSSICAS SOBRE A MARGINALIDADE E A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EXPLORADOS SEXUALMENTE.

Gilca Oliviera Carrera
Franck Lechner
Maria José Palmeira

Introdução

O fenômeno da marginalidade traz à civilização um homem que aterroriza e mata, uma mulher que vende o corpo em troca de sua sobrevivência, seres humanos que rodeiam as cidades, particularmente as grandes metrópoles, em busca de um espaço na sociedade...

O que determina o comportamento marginal? A herança genética? A não integração social? A fome? A gênese desse fenômeno pode ser buscada nas características sócio-econômicas, na situação ecológica ou mesmo nas particularidades subjetivas que definem a condição humana desses segmentos populacionais. As respostas ensaiadas em diferentes correntes teóricas, não estão prontas.

Este ser que aterroriza as cidades é o homem. Um homem que não obedece às normas sociais estabelecidas e cria novas normas que lhe permitam continuar vivendo... que habita nas zonas obscuras das cidades, onde constitui o seu mundo... Mas, afinal, quem é este homem marginal? Qual a sua nacionalidade? Qual a sua raça? Cor?

Ele não tem raça, cor, nação ou sexo. Povoas as regiões periféricas, sobrevive ao medo, à espoliação, à humilhação, à rejeição da sociedade organizada que o deixa “à margem”, o encara como uma anomalia em seu sistema. Mesmo assim ele sobrevive. Sobrevive e constitui um mundo em torno de si.

A sua história se assemelha à criação geniosa de Frankenstein, cientista suíço que motiva-se pelo desvendar dos mistérios da vida e utiliza os seus conhecimentos na criação de uma criatura “tão complexa e maravilhosa quanto o homem”.

O resultado do seu intento, como sabemos, não foi o desejado. Sua criação é uma criatura disforme, de aparência medonha, que espanta o seu próprio criador.

Rejeitada, a criatura procura refúgio nas florestas e locais isolados, amedrontada pela reação que (dá-se conta!), sua aparência provoca nos demais. Ela aprende, assim, a identificar as diferenças que o separam do resto do mundo, e ambiciona, no mais profundo do ser, a felicidade, não sabendo quão impossível, particularmente para ela, seria este sonho.

“A criatura fora criada para ser homem. Tornou-se uma desgraçada. Apesar dos seus modos grotescos, sentia como homem, pensava como homem. As suas diferenças a levaram a acreditar que jamais seria um homem “como os outros”.

Era desprezível. Seu coração “humano”, porém, mantinha elementos de bondade. Gerado sem conhecer nenhum sentimento, aprendeu que podia amar. Mas queria mais...queria ser amado. Que desejo impossível! Ninguém tão desprezível, disforme e feio, podia amar!

Na história fictícia de Mary SHALLEY (1957), o monstro horripilante inicia uma carreira de catástrofes, por não encontrar uma oportunidade de satisfação de seus desejos.

Que reflexão essa criação literária fornece na análise do tema aqui abordado..., o processo de exclusão/marginalização ..., suas consequências mais comuns..., as teorias que buscam explicá-lo...

I- A TEORIA DA PERSONALIDADE MARGINAL

- . capital cultural
- . socialização
- . adaptação
- . “eu” particular/identidade
- . identificação/interiorização
- . conflito cultural
- . apreciação do mundo

“quando digo “eu” quero dizer uma coisa absolutamente única,
que não deve ser confundida com nenhuma outra”

Ugo Bette

Essa teoria repousa num pensamento desenvolvido pela Sociologia americana que resultou no que ficou conhecido como a Teoria da Personalidade Marginal, segundo a qual **a marginalidade decorre da “desorientação psicológica dos indivíduos que são submetidos a qualquer espécie de conflito cultural provocado por vivência em culturas diferentes e antagônicas.”**(QUINJANO, cit. in ESPINHEIRA, 1984)

Nessa compreensão os conflitos e as tensões vividos pelos indivíduos caracterizam-se como fenômenos psicológicos decorrentes de antagonismos culturais que são incorporados à sua personalidade impedindo-os de participar, de maneira interativa, da sociedade.

Quando esses antagonismos não se apresentam, as diferenças culturais podem ser absorvidas num processo de alteridade/identidade que resulta numa ampliação enriquecedora dos valores culturais preexistentes e o indivíduo pode participar de várias culturas ao mesmo tempo, sem pertencer, necessariamente, a nenhuma delas.

Nesse caso ocorre a **adaptação** isto é, a assimilação e a acomodação a uma dada realidade alcança um equilíbrio entre si, permitindo uma harmonia com o meio. O equilíbrio entre a assimilação e a acomodação é o verdadeiro mecanismo regulador do comportamento humano. (PIAGET, cit in: BATTO, p. 177)

Do lado do pensamento sociológico europeu, a análise da formação do **capital cultural**, principal característica da obra de BOURDIEU (1986), conduz à compreensão deste como “todas as formas em que a cultura reflete ou atua sobre as condições de vida dos indivíduos, o que oferece contribuições à compreensão do fenômeno da marginalidade.

Sua análise considera a existência de uma gama enorme de campos e níveis de atuação da parte do capital cultural que pode ser “**incorporado**” pelo indivíduo (via, entre outros, a escola com seus títulos,, diplomas, e outras credenciais), e constitui o conjunto de informações estratégicas ligadas a uma cultura. Existem, ainda, as disposições “**internalizadas**” desse capital, formada pelas “tendências e inclinações do indivíduo”, e que resultam dos condicionamentos sociais.

Essas tendências formam um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações.”

É esse sistema de disposições (incorporadas e internalizadas), que definirá tanto nossas formas de **percepção** do mundo social ligadas às estruturas de personalidade, como nossa forma de **apreciação** deste mundo, isto é, gostos, estilos, preferências, escolhas, e valores estéticos de um modo geral.

É sobretudo no meio ambiente familiar, via o processo de socialização, que o **conflito cultural** se configura. “A família é a instituição social encarregada da transmissão intergeracional desse capital, no que é auxiliada pela escola visto que “o que a comunicação pedagógica consegue produzir é função da competência cultural que o receptor deve à sua educação familiar” (BOURDIEU e PASSERON, 1975). Família, escola, e demais instituições societárias tendem a dar valor às características já legitimadas por uma determinada sociedade e à identificação com ela.

A análise desse processo socializador/identificador com a cultura, objeto de inúmeros estudos sociológicos no mundo contemporâneo, não pode prescindir da contribuição que vem sendo oferecida pela Psicologia para a compreensão da **identificação** individual, um dos processos centrais da formação do “**eu**” **particular** que irá, uma vez formado, interagir no coletivo.

Na expressão de VIORST (1985), a identificação é, talvez, “o fato de as maçãs não caírem muito longe da árvore”. Quando as identificações não são feitas desde a infância os conflitos e tensões decorrentes do antagonismo cultural referido podem resultar numa condição de marginalidade quando em situação de contato com outras culturas, quer inter-sociedades, quer intra- sociedade.

“A maior parte das identificações ocorrem fora do nosso consciente”, e elas limitam e modelam a vida de cada indivíduo. Apesar de nos identificarmos “permanente ou provisoriamente com aqueles que amamos, invejamos ou admiramos, podemos, também, nos identificar com aqueles que provocam nossa zanga ou dos quais temos medo”.

É comum tentarmos parecer com quem tememos ou odiamos (identificação com o agressor), na esperança de nos defender ou de ganharmos o nosso poder e sobreviver. É nesse processo que a criança/adolescente maltratado pode vir a ser um maltratador de crianças: “a identificação pode ser ativa e passiva, de amor e ódio, para o melhor e para o pior”. (VIORST, 1988).

Desde muito cedo (primeiros meses de vida), o indivíduo é impelido á formação do seu “eu” particular através identificações globais, abrangentes, que vão se tornando seletivas de maneira gradual. Quando o indivíduo fracassa na tarefa central de formação do seu “eu” particular pode incorrer numa extrema desordem mental que se expressa em situações de dupla personalidade, ou “personalidade com falso eu”.

Dupla personalidade, falso eu, personalidades “como se fossem”, personalidades narcisistas, famintas do eu, personalidades limítrofes, etc, são exemplos de distorções do eu, da auto-imagem, resultado de um dano causado ao “eu” particular quando de sua formação.

Como se inicia esse processo? De acordo com LUCKMAN e BERGER (cit in MEDEIROS, 1986), inicia-se com a interpretação ou apreensão imediata de um acontecimento objetivo, “como dotado de sentido que, por sua vez, é a manifestação de processos subjetivos de outros”.

O verdadeiro eu “tem origem no nosso mais antigo relacionamento, na sensível afinidade entre mãe e filho. Quando essa afinidade agradável e necessária ocorre é possível harmonizarmos as diferentes identificações que os contatos sociais e as culturas nos impõem, e responder a essas situações externas com ingredientes de dimensões humanas (auto-estima positiva, auto-estima resistente), e “um amor por nós mesmos que nos liberta para amar os outros” (WINNICOTT 1986).

A base primeira de compreensão de nossos iguais, definirá a apreensão do mundo como realidade social, realizando uma **interiorização**, que só é possível quando, **em circunstâncias carregadas de emoção, nos identificamos com alguém**.

Nessa socialização primária a criança não tem problemas de identificação pois não lhe é dado escolher outros significados - eles lhe são impostos. Razão pela qual o “mundo interiorizado na **socialização primária** torna-se muito mais entrincheirado na consciência do que aquele interiorizado nas socializações secundárias” (MEDEIROS, 1986).

O mundo social é “filtrado” para a criança através da seleção desses significados, seleção que é feita através dos adultos que estão à sua volta e com as quais ela interage.

Esses estudos encaminham à compreensão de que a identidade (“eu” particular), só pode ser subjetivamente apropriada no mundo social: sociedade/identidade/e realidade constituem os elementos do processo de interiorização, definindo que a Identidade resulte dessa dialética Indivíduo-Sociedade.

É essa complexa caminhada na formação da identidade da criança (que passa pela compreensão dos processos subjetivos dos adultos com os quais interage, e do mundo social em que vive), que lhe viabilizará assumir uma identidade e o mundo vivido, como sendo o seu próprio mundo. Quando esse processo se dá numa realidade social de exclusão apenas depois é que a criança, numa **socialização secundária**, se aperceberá da sua nova realidade no conjunto social mais amplo.

II - A TEORIA DA SITUAÇÃO MARGINAL

- . modernização
- . estigmatização da pobreza
- . favelado e marginal
- . espoliação urbana
- . marginalidade como situação ecológica

“J’écoute les bruits de la ville
Et prisonnier sans horizon
Je ne vois rien qu’un ciel hostile
Et les murs nus de ma prison”

Guillaume

O fio condutor dessa teoria orienta-se na análise dos grupos sociais e não dos indivíduos, o que faz com que **a marginalidade seja evidenciada como consequência inevitável das condições sociais**. Surge após a segunda guerra mundial, com o processo migratório de grandes massas populacionais em busca de melhores condições de sobrevivência nos centros humanos, que se fortaleciam com a formação dos complexos industriais modernos.

Sua compreensão conduz a variáveis analíticas do fenômeno da marginalidade, ora considerado como de natureza psicossocial, ora entendido como consequência da insuficiente participação social num processo mais amplo de distribuição e repartição da riqueza.

No Brasil, assim como nos demais países da América Latina nas últimas décadas, a expectativa das classes populares de participação no novo mercado industrial (gerador de novos empregos), trouxe para os centros urbanos uma grande quantidade de trabalhadores rurais desempregados, oriundos das regiões mais pobres e de menor industrialização, configurando, em menos de duas décadas um quadro de **marginalidade como situação ecológica**.

O conteúdo deste conceito é, sobretudo, espacial e social: **marginal** é toda a população urbana que vive em favelas, vilas, ou cortiços. Nessa concepção, o marginal é identificado com a **situação física em que vive**. A sua moradia passa a ser “uma organização social que permite um tipo de estrutura interna...” como a criminalidade, o desemprego, a instabilidade matrimonial, o tráfico de drogas, etc.

A noção de marginalidade assim concebida passou a ser vista como um mal transitório, produto de um desajuste circunstancial, ainda não presumivelmente inevitável.

Com os trabalhadores rurais vêm suas famílias, que passam a viver nas periferias urbanas e favelas, vítimas de um processo de **pobreza** que vai definir a realidade social brasileira, nas últimas décadas, como uma das de maior desigualdade social do planeta.

A essa situação de pobreza acresce-se a **espoliação**, isto é, um conjunto de extorsões caracterizada pela “não existência ou precariedade de serviços de consumo coletivos, que se apresentam socialmente como necessários à sua sobrevivência” e que agudizam as relações de trabalho (KOWARICK, 1980)

A década de 50, conhecida como de “substituição das importações”, tentativa do fortalecimento do parque industrial nacional, gera o fenômeno conhecido como “ideologia desenvolvimentista”, supostamente enriquecedor do país, particularmente do Estado, logo depois sob a égide da ditadura militar.

O resultado mais visível da ditadura militar brasileira é a não participação política da sociedade na decisão quanto à distribuição da riqueza gerada por todos mediante a experiência de **modernização** (feita via o desenvolvimento econômico com ênfase na **industrialização** e na **urbanização**), definidor da concentração de renda e do aumento da desigualdade social.

A década de 70, de intenso crescimento econômico e na qual foi gerado o “milagre brasileiro”, caracteriza-se pelo aumento da desigualdade social, que alcança índices elevados, em torno de 0.60 (índice de Gini). Ao longo da década de 80 essa desigualdade se aprofunda e mantém-se ascendente (0.611 em 1987; 0,647 em 1989; com uma ligeira queda em 1990 para 0,620).

Um dos aspectos mais perversos dessa desigualdade é a situação de risco em que passa a viver 58.2% das crianças e adolescentes brasileiros, integrantes de famílias cuja renda mensal per capita não ultrapassava ½ salário mínimo.

Na Região Nordeste (NE) “a população de crianças e adolescentes. vivendo em situação de pobreza é quase o dobro da encontrada no Sudeste: 80% e 44% respectivamente, isto é, 14 milhões de pessoas no NE, enquanto no Sudeste girava em torno de 07 milhões.”

O padrão dominante de arranjo domiciliar brasileiro evidencia um elemento que contribui para aumentar essa situação de pobreza: por determinação legal, quando da separação, na maior parte das vezes o filho fica sob custódia da mãe. Este fato concreto definiu que as famílias chefiadas por mulheres, 11.7% em 1981, tenham passado para 13.7% em 1989.

A dinâmica da entrada dos membros da família nas atividades econômicas tem uma relação estreita com esse arranjo domiciliar: “a participação dos filhos no mercado é sempre mais elevada nas famílias de mães com filhos que naquelas de casal com filho. Fato que aumenta a tendência de abandono precoce da escola, entre outras conseqüências. (FIBGE/PNAD, 1989)

Em 1990, sete milhões e meio de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos trabalhavam no Brasil, segundo a mesma fonte, sendo o nível econômico, de forma recorrente, o fator determinante dessa entrada precoce no mercado.

A condição de exercício do trabalho infanto-juvenil é precária, com o recebimento de, no máximo, 01 (hum) salário mínimo, face a seu baixo nível de instrução (menos de 04 anos), sem carteira assinada, e com uma jornada diária de 08 horas diárias, o que dificulta a permanência na escola.

Este fato se dá numa estrutura sexo-idade desfavorável, não produtiva, e onde “deixar a escola para trabalhar; permanecer mas repetir o ano escolar; sair e voltar para a escola, segundo as maiores ou menores pressões para trabalhar, se constitui um ciclo repetitivo da relação trabalho/escola das crianças e adolescentes pobres” (DRAIBE, S., 1995).

Os Mapas da Criança (A Indigência entre as Crianças e os Adolescentes) quantificaram 32 milhões de pessoas e 09 milhões de famílias que não têm sequer como adquirir a cesta básica no Brasil (IPEA, 1993). A metade dessa população localiza-se no NE e a outra metade no meio rural brasileiro em geral. Destes **15 milhões é de indigentes infanto-juvenil, isto é, “metade do total de indigentes brasileiros”**.

A crítica a essa concepção teórica veio com o aumento gradativo da mobilização política e o processo de abertura democrática iniciado no País em 1979, por força da Anistia Internacional, associada á crise de legitimidade e á crise de hegemonia presentes no regime autoritário, além dos problemas econômicos que se anunciavam, gerados pela crise mundial do petróleo.

Desenvolveu-se essa crítica na consideração de que “ não há como se concluir que a marginalidade social possa ser definida através de uma situação ecológica, pois **nada indica que o comportamento do pobre favelado é diferente do comportamento do pobre não favelado.**

É possível mesmo, que certos “arranjos” ecológicos como a favela, constituam formas específicas de adaptação que facilitam a integração do pobre à nova conformação social que a modernização econômica define. ERUNDINA, 1988; TELLES, 1987). Torna-se, então, muito difícil encontrar uma área marginal em toda a sua extensão, isto é, exclusivamente marginal.

Pesquisando o fenômeno da possível homogeneidade da pobreza na Cidade do Salvador, ESPINHEIRA (1972) observa que durante muitas décadas, o Maciel era um exemplo das conseqüências do crescimento não planejado das áreas periféricas. Possuía uma população diversificada, uma concentração de prostitutas, homossexuais, traficantes de drogas, que conviviam com outros grupos como lavadeiras, biscateiros, vendedores ambulantes e outros, que comportavam-se dentro das normas estabelecidas.

“Os grupos familiares do Maciel isolavam-se numa mesma habitação escudados pela palavra “família”, escrita em lugar visível, como uma advertência às pessoas do outro universo, ou seja, marginal”.

Os estudos nesse sentido demonstraram não haver um determinismo causal entre “favelado” e “marginal”. As favelas apresentam uma maior ou menor complexidade nas ocupações de seus habitantes, encontrando-se nessas áreas profissionais autônomos, militares e operários os mais diversos.

As análises da freqüente associação favelado/marginal, criminalidade/pobreza — construída, entre outras, pela forma como a criminalidade é tratada pela mídia, assim como pela prática de prisão de trabalhadores sem documentos de identificação e mesmo carteira de trabalho assinada —, constata que “as clivagens entre o pobre e o trabalhador; o marginal e o trabalhador honesto, perdem todo o sentido” (SPOSATI, 1985).

Buscando escapar dessa associação, o pobre que não quer ser confundido com o marginal está sempre na iminência de assim ser considerado pela sociedade. Essa **quebra das reciprocidades esperadas** é, certamente, percebida como uma injustiça, vivida como sofrimento moral daqueles que não encontram na sociedade a validade e reconhecimento do valor de suas pessoas, de suas razões e de suas vontades.

Ela vem se traduzindo numa **homogeneidade estigmatizadora da pobreza e** define que quando não são **reprimidos** os pobres são **tutelados**, numa demonstração evidente do **não reconhecimento das formas de expressão por eles encontradas de exercerem sua liberdade e construírem os caminhos para sua autonomia**.

Essa talvez seja uma das mais duras formas de expressão da marginalidade à qual são submetidos, o que faz alguns autores afirmarem que “a experiência da pobreza é algo mais que as dificuldades objetivas da sobrevivência cotidiana (... ..) é, também, a experiência de uma sociedade que os coloca na condição de párias sociais” (TELLES, 1990).

III-A TEORIA FUNCIONAL

- . disfunção
- . cultura do medo
- . apelo por segurança

“Numa sociedade onde tudo é proibido, tudo pode ser feito; ao passo que, numa sociedade onde algo bem determinado é permitido, só se pode fazer esse algo”

De acordo com essa teoria **a marginalidade é considerada uma disfunção ou uma desintegração parcial do sistema**, já que nas Ciências Sociais o termo “funcionalismo” tem pelo menos dois significados: num deles exprime a idéia de que tudo que existe numa sociedade tem um sentido; num outro diz respeito a uma postura substantiva, expressando a idéia de que o que existe numa sociedade integra um todo organizado em equilíbrio perfeito de funcionamento.

O Funcionalismo só admite mudança social como um processo natural. Para essa teoria o sistema econômico é o responsável por qualquer mudança social. Havendo crescimento econômico, conseqüentemente haverá crescimento social e político. Tudo aquilo que não contribui para o funcionamento perfeito do sistema é caracterizado como uma **disfunção** do mesmo.

Para que haja, no sistema, um funcionamento equilibrado, as disfunções devem ser tratadas logo que identificadas, visando a garantia do bom funcionamento deste.

A marginalidade aparece, também nessa teoria, como um mal transitório, uma anomalia no aparelho do sistema e, como tal, requer um tratamento adequado, específico, de modo a promover a integração dos marginais á participação na sociedade de maneira equilibrada para que, depois de tratados, possam cumprir novos papéis sociais.

É, ainda, sob a influência da visão funcional que é possível observar-se nas cidades uma nítida ocupação social dos espaços (comerciais, residenciais, portuários, administrativos e outros), distribuídos de maneira clara, segundo as diferentes funções.

Nessa distribuição dos espaços os que são considerados como marginais distinguem-se pelo fato de manterem e abrigarem, nos limites de suas áreas, comportamentos divergentes e transgressores. Por essa razão ao fim de algum tempo esses espaços se tornam não apenas desnecessários ao sistema mas, sobretudo são considerados ameaçadores à própria integridade do mesmo.

Essa ameaça ao sistema é a tônica da **cultura do medo**, que há de ser, também, cultura da culpa, alicerçada sob o horror da plebe. “Com a plebe o medo não aponta apenas para o seu contrário - a coragem -, nem apenas exige inimigos externos, mas vem configurar, ao lado dos grandes e poderosos, **um novo desejo - o de segurança**, identificado á ordem e suscitando o pavor a tudo que pareça capaz de destruí-la internamente (... ..) o inferno são os outros” (CHAUI, 1987).

O atual momento da sociedade brasileira é caracterizado por esse apelo por “segurança”, por proteção contra os marginais e criminosos, esses “vadios” (como já eram considerados na moral da ética protestante), que se deslocam das periferias urbanas, das favelas nos centros da cidade, de onde estão, ameaçando a paz dos cidadãos/trabalhadores.

Também as crianças e adolescentes vitimados pela violência de toda ordem, entre ela a sexual, essas “meninas vadias e sem vergonha”, estão sujeitas ao isolamento que a repulsa social lhes impõe, à prisão, e, muitas vezes á morte, raramente responsabilizada e punida.

Esse comportamento de alguns setores sociais de considerar “viciada” e distante dos padrões morais da virtude, a criança e adolescente vitimados pela exploração sexual, coloca sem dúvida, à luz dessa visão teórica, na condição de marginalizados esses segmentos populacionais que o ECA determina sejam protegidos integralmente.

IV -VISÃO DIALÉTICA

- . modelo estrutural
- . análise da organização técnica da produção
- . modelo cultural

**“Liberdade! Liberdade querida
Combate com teus defensores.
Sob nossas bandeiras, que a vitória
Acorra a teus acentos viris;
Que teus inimigos expirantes
Vejam teu triunfo e nossa glória”**

A Marselhesa, 1789

A visão dialética analisa o problema da marginalidade conceituando-o, principalmente, em termos de condição de trabalho e suas conseqüências. É a interpretação global do nível da sociedade, e tenta considerar os grupos marginais como uma parte das estruturas de classe.

Utiliza para justificar-se a análise econômica, os dados secundários e o censo, entre outros indicadores e índices. Há ao interior dessa visão pelo menos três tipos de modelos sociológicos interpretadores do problema da marginalidade social. A seguir é apresentada uma abordagem sucinta de cada um desses modelos.

a)- Modelo Estrutural

- . capital monopolista
- . evolução tecnológica
- . dependência econômica
- . periferia política

Tenta compreender as relações de produção capitalista na estrutura das sociedades de classe. Concebe a economia urbana como vivendo um processo de acumulação capitalista/monopolista que é hegemônico e dominante, e que determina as condições para o desenvolvimento do sistema.

Nessa concepção a expansão do setor dominante leva o setor subordinado e dependente ao colapso, visto que as diferenças de produtividade promovem a concentração do capital monopolista.

Além dessa concentração do capital, o modo hegemônico de produção capitalista provoca uma evolução tecnológica onde as massas de trabalhadores não qualificados perderiam seu significado econômico, não sendo mais adequadas às novas necessidades produtivas do setor expansionista. Em conseqüência, o processo de acumulação capitalista cria um segmento marginal de trabalhadores que não poderá ser absorvido pelo sistema produtivo, nem é necessário como exército de reserva.

Nesse sentido, este segmento tenderá a cristalizar-se e tornar-se disfuncional. O processo de **marginalização é uma das conseqüências da “situação de dependência econômica”**, onde o capital estrangeiro afeta a economia de países subdesenvolvidos, reforçada por uma **“periferia política”** que deixa esses países à margem de decisões possíveis de alterar suas realidades de pobreza e desigualdade social.

A dependência econômica em relação ao exterior provoca, entre outros efeitos negativos sobre o desenvolvimento das sociedades subordinadas, um fluxo líquido de capitais fortemente negativo, ao qual se associam outros elementos negativos, como a dívida externa e a crise do comércio internacional.

Os efeitos da dependência residem, sobretudo, “na prioridade dada a um tipo de desenvolvimento que corresponde mal às necessidades da população” (TOURAINÉ, 1989). As indústrias de forte intensidade de capital e produtores de bens de consumo duráveis, subsidiadas pelo capital estrangeiro, criam poucos empregos e contribuem para aumentar as desigualdades sociais.

b)- Modelo de Análise da Organização Técnica da Produção

- .setores tradicional e moderno
- . especulação. organização do cotidiano
- . incompatibilidades culturais

Identifica na sociedade a existência de dois setores: um industrial “moderno”, e outro “tradicional”. O **setor moderno** aparece nesse contexto como o responsável pela dinâmica do sistema, e é constituído, em sua maior parte, pelo setor secundário e dos serviços básicos. O **setor tradicional** é formado pelas pequenas indústrias e o setor terciário em geral.

Enfatiza, ainda, as conseqüências das inovações tecnológicas como responsáveis pelas mudanças na organização da produção, alterando a mão-de-obra qualitativa e quantitativamente.

No Brasil a aplicação desse modelo apresentou, entre outros resultados, o desenvolvimento mais rápido do setor de serviços que da produção de bens, além do fato que os bancos prosperaram mais que as empresas industriais, o que, associado ao controle monetário e às elevadas taxas de inflação, definem um quadro onde o crescimento econômico não conseguiu acarretar nem a integração social nem a diminuição das desigualdades.

Isso se deveu ao fato de que os ricos não investiram seus capitais no investimento produtivo, preferindo a **especulação** (financeira, imobiliária), ficando a taxa de juros no setor produtivo abaixo da taxa de juros, o que atrasa o investimento, gera uma crise no setor produtivo e, por conseqüência, aumenta o desemprego e o subemprego, marginalizando camadas substanciais da população, conforme já foi demonstrado através alguns indicadores sociais.

c)- Modelo Cultural

- . papel da família
- . privação de direitos
- . ordem excludente e desordem
- . abordagem transcultural
- . cotidiano e saber dos pais
- . assincronias

Aborda o processo de marginalização que decorre dos modelos de modernização aplicados pelas chamadas sociedades modernas, destacando os aspectos sócio-culturais, mas admitindo suas interrelações e influências com o processo econômico.

As mudanças sócio-culturais provocadas por uma situação de modernização econômica são, geralmente, muito rápidas: associam-se á concentração demográfica nos centros urbanos polarizadores; ás mudanças na estrutura familiar e nas relações internas da família; mudanças nas comunicações; no sistema de estratificação; mudanças nas formas e alcance da participação nos serviços e instituições públicas, além de outras mudanças importantes como na Igreja, nas associações, formas de lazer, recreação, etc. (GERMANI, 1971)

Como à modernização econômica nem sempre se associa uma modernização política asseguradora da maior participação social dos estratos populares nos serviços e instituições públicos (e, quando isso ocorre não vem se dando em níveis asseguradores da redução das desigualdades históricas que o país acumulou), essa **assincronia** ou defasagem, um aspecto da mudança social em geral, vai traduzir-se numa **privação de direitos** por parte de grandes segmentos da população.

Essa condição de privação dos direitos vem viabilizando a construção de uma **ordem excludente** “ que se choca com esse universo moral construído pelo prisma da vida privada e só pode ser **vivida enquanto desordem** ”, uma vez que rompe com todas as reciprocidades que se espera numa vida em sociedade.

Desordem que se expressa no esforço não recompensado, no trabalho que não é reconhecido, na remuneração que não corresponde á dignidade de um chefe de família; na justiça que não funciona e deixa impune os criminosos; na lei que penaliza os fracos e protege os poderosos (... ..). Essa quebra das reciprocidades esperadas é, certamente, percebida como uma injustiça, vivida como sofrimento moral daqueles que não encontram na sociedade a validação e o reconhecimento do valor de suas razões e de suas vontades”, os marginalizados (TELLES, 1990).

Esse modelo analisa o problema pelo ponto de vista da falta de integração de alguns segmentos populacionais ao conjunto societário, o que pode ser parcial, anormal, deficiente, atingindo as populações que não obtêm emprego nos setores econômicos modernos.

Explica as dificuldades de integração como **incompatibilidades culturais**, referindo-se ao processo de migração rural-urbana como básicos para a análise da marginalidade.

Muitas dimensões envolvem o conteúdo analítico desse modelo. Privilegiamos nessa análise preliminar, o **papel da família**, face á sua importância na formação dos valores, na socialização de seus membros, e na organização do cotidiano.

O postulado da responsabilidade materna sobre o desenvolvimento infanto-juvenil “tem contribuído para obscurecer efeitos da injustiça social e a própria atuação do pai, na medida em que a mãe passa a ser preferencialmente apontada como culpada de problemas de comportamento da criança e adolescentes.” (BASTOS, 1995).

Quando se trata de famílias pobres persistem as atitudes preconceituosas e discriminativas que **desqualificam o saber dos pais na criação dos filhos**, e que vêm sendo apontadas como contribuidoras do fracasso destes na escola, e de suas dificuldades de integração a outra cultura que não seja a de suas classes (cultura de pobre).

As abordagens transculturais ganham importância no contexto desse modelo, como estratégia de redução gradativa da condição de marginalização das crianças e adolescentes pobres dos meios rurais e periferias urbanas.

Nelas a análise da ordem excludente e sua aparente desordem, gerada pela privação dos direitos, vem se constituindo numa abordagem oportuna no sentido de apreensão das variações comportamentais e estratégias que objetivam assegurar a sobrevivência em circunstâncias sociais adversas.

Através dessas análises o profissional interessado no desenvolvimento “ao invés de assumir a constância do ambiente social como norma, e usá-la como linha de base para sua ação”, pode centrar sua atenção no **cotidiano** das crianças (seu universo imediato).

O intuito dessa metodologia seria o de identificar como as crianças e adolescentes se comportam diante de vários tipos de mudanças (a exemplo da migração do campo para a cidade), em diferentes idades, ou que diretrizes utilizar para adaptá-las, contribuindo, assim para a não perpetuação nelas das condições de marginalização de seus pais.

V -MARGINALIDADE E CULTURA DA POBREZA

- | | |
|----------------------------|------------------------------|
| . necessidades e carências | . valores e ética |
| . adaptação ao meio | . relação fato/valor |
| . estruturas simbólicas | . desigualdade e imoralidade |

**“Virtude dos homens
desmancham-se em águas
e da lama em que se tornam
afundam, secam com o sol,
com o vento remodelam-se, e renascem novos.
Forte pó. Forte barro. Forte carne.”**

Leonardo Palmeira

Paralelo a essas três vertentes analíticas da marginalidade nas sociedades modernas, vista de forma sumária acima, os estudos sobre este fenômeno vêm produzindo um conjunto de reflexões sobre a condição de marginalidade e a construção de uma cultura própria que assegure a sobrevivência cultural em bases mais equilibradas.

Se considerarmos o conteúdo conceitual proposto por STONEQUIST (1937), **o homem marginal é aquele que “através da migração, educação, casamento, ou alguma outra influência, abandona um grupo social ou cultura sem realizar um ajustamento satisfatório em outro, e encontra-se na margem de ambos, sem pertencer a nenhum”.**

Esta noção de marginalidade revela a ambivalência do indivíduo colocado entre duas culturas e que enfrenta problemas na medida em que essas culturas forem conflitantes.

Estudos recentes vêm demonstrando que essa situação de estar entre duas culturas pode dar origem a uma terceira, que se expressa não em um só indivíduo, mas como categoria social que, face às barreiras culturais, está impedida de participar plena e legitimamente do grupo que a influencia.

O conceito de cultura da pobreza, formulado por Oscar LEWIS (1966), não se refere somente à desorganização social, mas é composta de um conjunto de normas e valores, conhecimentos e crenças, tecnologias organizadas e utilizadas por indivíduos de uma sociedade, a fim de permitir a sua adaptação ao meio em que vivem, face à sua exclusão de outro meio.

Essa teoria argumenta que a cultura da pobreza é ao mesmo tempo uma adaptação e uma reação dos pobres a uma sociedade, no caso estudado, de natureza capitalista, individualista e organizada em classes sociais. Representa um esforço do pobre para lidar com sentimentos de desespero que se desenvolvem com a consciência da impossibilidade de ser bem sucedido em meio à sociedade mais ampla.

Mas... o que é ser pobre?

Segundo NUNES (1990), existem várias noções de pobreza presentes nos estudos. Sua opção é por definir como pobre “aquele indivíduo que não tem acesso a um mínimo de bens, ou melhor, de mercadorias, e que este mínimo é um quantum em dinheiro” . É, portanto, a condição de exclusão do usufruto da riqueza. Para LEWIS (1966), pobre é “a incapacidade de satisfazer necessidades de tipo material”.

Ambas essas concepções permitem a introdução do debate sobre “**necessidades básicas**”, segundo o qual “a linha da pobreza a rigor, deveria ser traçada tendo em vista um nível de satisfação de necessidades mínimas, independentes de como estas são satisfeitas, se com rendimento de família ou se, também, pelo menos em parte, pelo acesso a programas sociais” (LOPES, 1990).

Esse debate introduz, ainda, a noção de **carências** humanas, isto é, “a vontade de um indivíduo determinado por algo também determinado” (HELLER, 1990). Significando esse conteúdo conceitual que a carência não se resume a uma mera pulsão natural (fome, sede, sexo), mas que “cada um de nós, indivíduos determinados, temos falta de algo ou de qualquer coisa dentro de um contexto determinado.

A carência constitui-se em uma relação sujeito-objeto informada socialmente. Refere-se aos valores presentes em cada sociedade e são formadas por **estruturas simbólicas**.

Enquanto as estruturas de valores constituem uma dimensão inter-subjetiva da sociedade (o cotidiano, ou o mundo vivido na linguagem de HABERMAS (1981), as carências fazem parte da subjetividade, embora a tensão entre ambas encontre-se no presente, ao menos como potência.

Muitos dos aspectos constitutivos da cultura da pobreza são vistos como tentativas de se encontrar soluções para os problemas do cotidiano. No entanto, a cultura da pobreza não é apenas uma adaptação a um conjunto de condições objetivas da sociedade mais ampla: na medida em que ela persiste e se mantém de geração em geração, definirá os conteúdos socializantes dos seus novos membros, as crianças. Quando as crianças das favelas chegam aos seis ou sete anos, já terão absorvido valores e atitudes de sua sub-cultura, e irão se tornando, psicologicamente, preparadas para enfrentar as mudanças de condições e/ou oportunidades que podem ocorrer durante suas vidas. (LEWIS, 1966)

Para tornar mais preciso esse ponto é importante remarcar que as carências se referenciam nos valores, o que remete qualquer debate dessa natureza para o campo da **Ética**, e indica a **preferência por alguns valores e a exclusão de outros**.

“Quando alguém diz, por exemplo, que os meios de comunicação criam ‘falsas’ carências junto à população (... ..) não está dizendo nada a respeito da natureza da carência, mas emitindo um juízo, produzido pelo contraste entre as carências efetivamente sentidas e aquelas que seriam “çorretas” do ponto de vista de uma determinada preferência de valores, ou seja, um julgamento moral. De fato a determinação das carências em termos de ‘verdadeiras’ ou ‘falsas’ sempre reflete valores autoritários e intolerância” (NUNES, 1990).

É interessante, ainda, pontuar, que enquanto alguns estudos explicam como variável forte na determinação da exploração sexual infanto-juvenil, particularmente em países com elevados índices de desigualdade social, a condição de pobreza à qual as crianças e adolescentes são submetidos, associados ao apelo da sociedade de consumo que os induz e motiva para a aquisição dos bens materiais, outros estudos indicam não serem “as condições de pobreza, de per si, que explicam as tendências aos comportamentos ‘desviados’ (CASTRO ANDRADE, 1989).

A argumentação dos autores identificados nessa segunda tendência é a de que “a transgressão, o crime, a busca de ganho ilegal, **está arraigada fundo em valores partilhados por todos os setores em uma dada sociedade**”.

Os primeiros resultados desses estudos induzem à necessidade de sua continuação com o objetivo de bem identificar e analisar em que condições simbólicas aparece e se mantém o fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil como **alternativa aceita pela sociedade** (assim como o crime, a droga, etc), entendidos por alguns como estratégia de sobrevivência, o que é insuficiente como explicação científica, como vimos.

Parece essencial a análise da relação **fato/valor** na realização de estudos complementares, no intuito de melhor entender e explicitar as diversas dimensões analíticas que esses estudos iniciais anunciam.

Diante de uma dada realidade, os critérios de aceitabilidade ou de desacordo quanto à manutenção ou não manutenção dessa “verdade” real (no caso a exploração sexual infanto-juvenil) se referenciam no conjunto de valores morais e éticos de uma dada sociedade.

O que nos permite inferir, nesse estágio do conhecimento sobre esse que consideramos um grave problema social, é que **se por um lado os setores sociais em desacordo forem mais organizados e fortes na expressão de seu descontentamento e indignação com este fato social, sua permanência estará ameaçada e, como consequência, os valores sociais do conjunto da sociedade que permitiram seu surgimento serão alterados.**

Por outro lado **se na correlação de forças com os demais setores sociais que não se indignam com a exploração sexual de crianças e adolescentes os critérios de aceitabilidade forem assimilados por uma maioria social, a manutenção do sistema de valores que o gerou se encarregará de sua absorção e permanência.**

A explicação da exploração sexual infanto-juvenil como um fenômeno gerado face à necessidade de sobrevivência não é, portanto, suficiente, visto que a história humana testemunha de situações em que se preferiu a morte à transgressão/violação das normas morais e éticas.

A constatação científica de que a relação entre condições e modos de vida entre pobreza e comportamento não é unívoca, mas que existe uma variedade de vivências diferenciadas entre pessoas com o mesmo nível de renda, atesta as diferenças qualitativas e quantitativas das carências.

Sem dúvida que numa realidade como a brasileira **a desigualdade aparece como uma imoralidade,** e é possível que esteja provocando valores e carências desumanas, onde o outro comparece como um meio e não como um fim.

Ao ser tratado como um meio (visão utilitarista do homem, que explora o próprio homem), a criança e/ou adolescente está sendo submetido a uma cultura da pobreza, cujas características básicas (ausência de participação efetiva nas instituições públicas; condições mínimas de habitação e organização; e ausência de infância como um estágio prolongado e protegido do ciclo vital), facilitarão, entre outros males, sua inserção precoce no exercício livre da sua sexualidade.

A prática da sexualidade feita fora de um contexto de escolha livre e consciente se expressará como servidão, heteronomia. Por consequência, como desrespeito ao princípio do desenvolvimento integral infanto-juvenil e sua proteção, como estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA (LECHNER, 1996).

Essa condição de estar á margem da decisão consciente quanto á sua vida, o que se dá, geralmente, num contexto de abandono dos pais e/ou responsáveis, quando não de sua inexistência, caracteriza uma situação social parcial ou totalmente constituída por elementos “marginais”, que requerem ser estudados mais profundamente, e propomos que esses estudos contemplem a relação fato/valor.

As conclusões apresentadas no recente Encontro Mundial Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil em Estocolmo (Setembro de 1996), apontam para a necessidade de um acordo entre os valores de uma dada sociedade, se o que se objetiva é, realmente, o controle desse fenômeno.

Os valores conjuntos (consenso de valores com vistas a um interesse geral), podem servir como base a uma colaboração para a ação, traduzidos em políticas publicas que viabilizarão a alteração da realidade fatual desejada. Parece essencial a identificação/reflexão sobre certos valores que estão “incorporados” nas orientações específicas das instituições sociais, econômicas, legais e culturais da sociedade brasileira. (LECHNER e PALMEIRA, 1996)

A cultura da pobreza não é considerada nos estudos iniciados e referidos supra, como uma verdadeira cultura no sentido antropológico. Nem é dos pobres. É possível que a explicação de sua natureza e conteúdo se encontre nessa relação entre o fato (s) em uma dada sociedade versus o valor (es) que a determinou.

O avanço do conhecimento nessa direção conduzirá à melhor compreensão do fenômeno da marginalidade, suas determinações sobre a exploração sexual infanto-juvenil e, à formulação de políticas públicas que assegurem o cumprimento do que prevalecer como o interesse geral.

VI - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E DISPONIVEL PARA CONSULTA NO CEDECA-BA.

BASTOS, A.C.B. “ A Inserção da Criança na Vida Cotidiana de Famílias em um Bairro Popular: um estudo de caso, UNB, 1996.

BERLINK, M.T. “Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo”, Editora Vozes, 1968.

CARDOSO, F.H., “Comentários sobre os Conceitos de Marginalidade e Superpopulação Relativa”, Editora CEBRAE, São paulo, 1971.

CHAUÍ, M. “ Sobre o Medo”, IN: “Os Sentidos da Paixão”, Editora Schwarcz Ltda. 1987, pag. 35 a 77.

DRAIBE, S. “Por Um Reforço da Proteção à Família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil”, NEEP/MPAS/Campinas, São Paulo, 1996.

————— “As Políticas de Combate á Pobreza na América Latina” São Paulo em Perspectiva, 4.2: 18-24, abril/junho, 1990.

ESPINHEIRA, G. “Divergência e Prostituição: uma análise sociológica da comunidade prostitucional do Maciel”, Tempo Brasileiro, Salvador, 1984.

ERUNDINA, L. “A Marginalidade Segundo as Teorias Dialética e Funcional” São Paulo, 1986.

FIBGE/BRASIL, “Crianças e Adolescentes: indicadores sociais”(1987), vol. I, Dados gerais, Rio de Janeiro, 1989.

—————, “Crianças e Adolescentes: indicadores sociais,” vol. III (1987), Década de 80: redução significativa na população de crianças e jovens, R.J. 1989.

—————, “Crianças e Adolescentes: Indicadores sociais”, vol. IV, Pobreza, Família e Crianças em Situação de Risco, 1989, R.Janeiro.

HOLMAN, K. e WHITE, A. “La Informacion debe Concentrar-se en Los Ninos: los medios de comunicacios, la etica y la informacion sobre la explotación sexual de los ninos”, Estocolmo, 27 a 31 de agosto de 1996.

KOWARICK, L. “O Preço do progresso: crescimento, pauperização e espoliação urbana”, USP, 1980.

LECHNER, F. e PALMEIRA, Ma. J. “As Mutações Sociais e as Políticas Públicas”, Análise de Dados, SEI, vol. 6, número 1, p. 81 a 85, 1996.

LECHNER, F. “Projeto Banco de Referência sobre a Exploração Sexual Infanto-Juvenil”, CEDECA-BA, Salvador, 1966.

MEDEIROS, L. “A Criança da Favela e sua Visão do Mundo”, Editora dois Pontos, 1986.

NUNES, E. “Carências e Modos de Vida”, São Paulo em Perspectiva, 4 (2): 2-7, abril/junho, 1990.

PAZ, P. e SUNKEL, O. “O Desenvolvimento e o Subdesenvolvimento na América latina”, OIT, Genebra, 1972.

PUTNAM, H. “Razão, Verdade e História””, Publicações Dom Quixote, p. 165 a 190 e 247 a 264, Lisboa, Codex, Portugal, 1981.

ROUANET, S.P., “Razão e Paixão”, IN: Os Sentidos da Paixão, Editora Schwarcz, Ltda. 1987, p. 437 a 466.

SILVA, B. “Dicionário de Ciências Sociais”, Fundação Getúlio Vargas, R. J. 1986

TELLES, V. S. “A Pobreza Como Condição de Vida: família, trabalho, e direitos entre as classes trabalhadoras e urbanas”, São Paulo em Perspectiva, 4 (2), 37 a 45, abril/junho, 1990.

VALLE SILVA, G. “Capital Cultural, Classe e Gênero em BORDIEU””, ECO/UFRJ - IBICT/CNPq, INFORMARE, Cad. Programa de Pós-Graduação Ciências da Informação, v. I número 2, p. 24 - 36, jul/dez. 1995.

VASCONCELLOS, U.M.R. e VALSINER, J. “Perspectiva Co-Construtivista na Psicologia e na Educação”, Porto Alegre, Artes Médicas, 1995, cap. 02,03 e 04.

VIORST, J. “Perdas Necessárias”, Melhoramentos, São Paulo, 1986, cap. IV, p. 53-83.

As idéias aqui apresentadas são de inteira responsabilidade do autor